

## **A questão das etapas da revolução brasileira**

Alberto Passos Guimarães

*Novos Rumos, 08 a 14 de julho de 1960*

*Página 03*

Coloco-me entre os que pensam que a “Declaração” de março de 1958 e as “Teses para discussão”, de abril de 1960, representam um esforço sério e um grande passo à frente para a correta interpretação marxista-leninista do processo histórico e das particularidades concretas da sociedade brasileira.

O principal mérito destes dois documentos consiste, a meu ver, na utilização de métodos acertados para a investigação da realidade nacional e na valorização dos fatos históricos como fontes primárias das ideias e das conclusões acerca do programa, da tática e da prática política dos comunistas no curso atual da revolução brasileira.

Nesse sentido, os referidos documentos marcam uma ruptura com um longo passado de erros subjetivistas porque contribuem para superar um sem número de dogmas, de concepções históricas logicamente falsas, tais como a “estagnação do capitalismo”, o “atraso progressivo” da sociedade brasileira, a “colonização crescente” de nosso país e outras semelhantes, as quais formavam os componentes da política do “tanto pior melhor”, em que assentavam seus alicerces o manifesto de agosto de 1950 e o programa de 1954.

Rejeitando tais concepções falsas, a “Declaração” e as “Teses” partem da análise objetiva dos fatos para chegar a afirmações inteiramente contrárias e absolutamente indiscutíveis como as de que o capitalismo se desenvolve em nosso país, de que a sociedade brasileira progride e de que, com o desenvolvimento econômico e o progresso social, se fortalece a resistência à penetração do imperialismo.

É com base nestas afirmações, objetivamente exatas, que a “Declaração” e as “Teses” desmascaram o conteúdo “esquerdista” e anti-marxista de nossas posições anteriores expressas tanto no manifesto de agosto de 1950 como no programa de 1954, e denunciam o absurdo de se apresentarem como de ação imediata tarefas tais como a destruição do regime e a derrubada do governo.

Em vez disso, a “Declaração” e as “Teses” estabelecem, embora de forma pouco clara, que as mais imediatas transformações progressistas exigidas pela sociedade brasileira ainda podem, por algum tempo, realizar-se dentro dos quadros do

desenvolvimento do capitalismo. Isso não significa, de nenhum modo, negar a necessidade ou a inevitabilidade da passagem ao socialismo e da substituição do atual regime político por uma das formas da ditadura do proletariado, mas apenas significa reconhecer que não estão maduras, agora, no presente momento da vida brasileira, as condições indispensáveis para a luta imediata pelas transformações de caráter socialista.

Evidentemente, essas novas concepções, que constituem a medula da “Declaração” e das “Teses”, reduzem ao mínimo a área de sobrevivência do doutrinário, do dogmatismo e do charlatanismo de “esquerda”. Não haverá mais tantas oportunidades para o radicalismo pequeno-burguês, cuja principal manifestação consiste em negar a ideias de que uma revolução se processa através de uma sucessão de etapas, com objetivos e tarefas particulares a cada uma delas.

## **1 – Um problema por esclarecer.**

Penso não ser desarrazoado afirmar que, nesta busca do caminho brasileiro para o socialismo, em que todos agora nos empenhamos, o problema mais complexo e o mais importante de todos os que resta esclarecer é o da delimitação das etapas da revolução.

Há pleno acordo entre nós, pelo menos entre a maioria dos que participam dos debates, em torno do caráter da revolução brasileira: a revolução brasileira é uma revolução antiimperialista e antifeudal. E concordar com isso significa, obviamente, aceitar que a dominação imperialista e a ação dos restos feudais são os principais entraves ao progresso da sociedade brasileira, ou, em outras palavras, significa reconhecer que a contradição com o imperialismo e a contradição com os restos feudais são as mais importantes.

Outra questão que parece já esclarecida e posta fora do terreno das controvérsias é a de que o inimigo principal – o mais poderoso, o mais agressivo – da revolução brasileira é o imperialismo norte-americano. Neste particular até surpreende, por sua inconseqüência, ver que certos camaradas, embora convencidos dessa verdade, ainda põem dúvidas sobre uma outra questão visceralmente ligada àquela – a de que a contradição com o imperialismo assume um papel dominante, preponderante sobre todas as demais.

Como explicar que se aceite que o inimigo principal da revolução brasileira seja o imperialismo norte-americano e se negue que a contradição com o imperialismo seja a

principal. Acaso poderia o inimigo principal ser o imperialismo norte-americano se a contradição principal fosse com os latifundiários? E, vice-versa, poderia o inimigo principal ser os latifundiários se a contradição principal é com o imperialismo?

Francamente, aceitar que o imperialismo norte-americano seja o inimigo principal da revolução brasileira e recusar admitir que a contradição com o imperialismo seja a principal ou dominante não tem explicação lógica.

Existe também outra questão ligada intimamente a essas acima citadas: a de determinar sobre quem ou sobre que força do inimigo deve ser dirigido o golpe principal. Apesar de haver circulado por muito tempo uma “teoria” pessoal de Stálin a respeito de que o golpe principal numa revolução deveria necessariamente ser desferido sobre os reformistas ou sobre as camadas intermediárias mais vacilantes – o absurdo desta “teoria”, que contribuía na melhor das hipóteses, para nos afastar de muitos de nossos aliados, já se acha claramente demonstrado, depois que os camaradas chineses a refutaram, apoiados na experiência de sua revolução.

Hoje nos parece a todos evidente que o golpe principal, no presente momento da revolução brasileira, deve ser desfechado sobre o inimigo principal. Se o inimigo principal da revolução brasileira é o imperialismo norte-americano, contra este é que deve ser dirigido o golpe principal.

Ter clareza sobre as cinco questões a que acima nos referimos – (1) o caráter da revolução brasileira, (2) as contradições mais importantes ou fundamentais, (3) a contradição principal ou dominantes, (4) o inimigo principal e (5) a direção do golpe principal – implica, logicamente, a conclusão de que uma sexta questão também se tornou clara e esta é a questão de encontrar, no encadeamento dos processos da revolução brasileira, o elo que arrasta todos os demais da corrente antiimperialista e antifeudal. Uma vez que já consideramos que a contradição principal é com o imperialismo, que o inimigo principal é o imperialismo norte-americano – pode haver dúvida de que o elo principal é o fatos nacional? Há quem possa hesitar em apontar o fator nacional ou a corrente nacional, a revolução nacional, como o fator preponderante, o mais dinâmico da revolução brasileira?

Note-se – e isto deve ser bastante repetido aos “esquerdistas” inveterados – que aqui falamos de um elo pertencente a um encadeamento de processos, de um fator inseparável dos demais fatores da corrente antiimperialista e antifeudal, pois é neste sentido que os clássicos utilizam a expressão. De nenhum modo poderemos falar de uma corrente nacional, de uma revolução nacional separada do movimento antifeudal,

do movimento democrático, mas de um fator nacional como preponderante mais dinâmico e, por isso, capaz de arrastar com ele todo o processo revolucionário e abrir caminho à realização das tarefas de toda a revolução brasileira, isto é, da revolução antiimperialista e antifeudal.

Aqui, exatamente aqui neste ponto de nossa seqüência de raciocínios, se coloca uma nova questão – a de determinar a ordem de grandeza e a ordem de sucessão, no espaço e no tempo, das tarefas correspondentes ao processo da revolução antiimperialista e antifeudal em nosso país; ou, em outras palavras, a questão da sucessão e da delimitação das etapas e da fixação das tarefas próprias, específicas de cada etapa.

E esta questão – a da sucessão e da delimitação das etapas – ainda está obscura para nós, não foi enfrentada e desenvolvida nem pela “Declaração” nem pelas “Teses”. Por isso, insisto em que, como já está dito linhas atrás, este é o problema mais complexo e o mais importante de todos os que resta esclarecer, se desejarmos palmilhar com segurança o caminho brasileiro para o socialismo.

Em torno de tão importante problema é que se situa a nossa área de atritos, e sem que o tornemos claro não poderemos estabelecer com firmeza a linha de demarcação entre as posições de “esquerda” e as de direita, entre as concepções subjetivistas, dogmáticas e a correta interpretação marxista-leninista dos fenômenos brasileiros.

Basta considerar que se se confundem as etapas e as tarefas a elas pertencentes, não se poderá estabelecer distinção, no conjunto do processo revolucionário antiimperialista e antifeudal, entre as fases evolutivas, de desenvolvimento gradual, que se realizam dentro de uma só etapa, e os “saltos” ou transformações radicais que marcam a passagem de uma para outra etapa; entre as simples mudanças na correlação de forças, que correspondem às fases de uma mesma etapa histórica, e as mudanças na correlação de classes (substituição de classes no poder) que correspondem à passagem a uma nova etapa histórica.

Estou absolutamente convencido de que a delimitação das etapas históricas no processo da revolução brasileira é o próximo passo a dar – e um passo decisivo – no sentido de uma correta compreensão do caminho brasileiro para o socialismo. Será necessário dizer que, se agora, estamos em condições de dar mais este passo para o domínio de uma estratégia e uma tática adequadas ao presente momento da revolução brasileira, devemos-os aos consideráveis progressos alcançados ultimamente na interpretação dos fenômenos peculiares ao nosso país com a “Declaração” de 1958 e as

“Teses” de 1960. Eis porque nossa atitude – refiro-me à atitude dos comunistas em geral – para com esses dois documentos não pode ser a de simples “oposição” ou de crítica negativa, mas uma atitude de crítica construtiva que reconheça os significativos avanços neles incorporados e parta dos aspectos e contribuições novas ali contidas para prosseguir no estudo da realidade brasileira e aprofundar sua interpretação.

Entretanto, assim não entendem os camaradas da oposição “esquerdista”, aos quais não preocupa a busca de novos elementos para a reformulação de nossos problemas programáticos e táticos, mas sim, principalmente, a conservação de velhas formulações, a volta às formulações velhas, que a prática da vida já não admite.

## **2 – Duas estratégias.**

Se lermos com atenção os capítulos IV, V e VI das “Teses”, verificaremos que a questão das etapas da revolução já está ali esboçada de vez que um certo número de tarefas menos radicais podem ser realizadas por um governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente”.(Tese 32), e outro grupo de tarefas mais radicais, deverão realizar-se “com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado” (Tese 35).

Não está dito textualmente nas “Teses”, mas subentende-se que o governo referido na Tese 32 corresponde a um tipo de poder qualitativamente diferente do poder referido na Tese 35. Enquanto, no primeiro, a burguesia tem um papel hegemônico, no segundo, a hegemonia é do proletariado; enquanto as tarefas do primeiro não vão além de “aplicar uma política externa de independência e defesa da paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, dar início à reforma agrária, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir e ampliar as liberdades democráticas” (Tese 32), as tarefas do segundo consistem nas “transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.” (Tese 35).

Há nessa frase, sem dúvida, uma impropriedade de linguagem. Percebe-se que, com a expressão “transformações revolucionárias”, o redator quis dizer transformações qualitativas, pois não tem sentido que só as transformações do governo do segundo tipo sejam revolucionárias e não o sejam as transformações realizadas pelos governos do primeiro tipo.

Vem a propósito definir o que no Brasil podemos considerar e o que não podemos considerar transformações revolucionárias. O critério leninista é o de tomar como referência nesta controvérsia, a manutenção ou a destruição das bases da velha ordem de coisas, do ponto de vista do progresso econômico e social. Ao abordar o problema agrário na antiga Rússia, Lênin afirmou:

“O caminho reformista de criação de uma Rússia burguesa-junker pressupõe necessariamente a conservação das bases do velho regime de posse da terra e a lenta adaptação, dolorosa para as massas, de ditas bases ao capitalismo. O caminho revolucionário da destruição efetiva da velha ordem de coisas exige, de modo indefectível, como sua base econômica, a destruição de todas as velhas formas de posse da terra juntamente com todas as velhas instituições políticas da Rússia.”

*(“O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa”, capítulo final – Conclusão).*

No Brasil de nossos dias, o problema do caráter das transformações de nossa sociedade só pode ser equacionado nos termos em que Lênin o colocava.

Não há, nas presentes condições brasileiras, um curso apenas, um caminho apenas para o desenvolvimento do capitalismo, mas dois cursos, ou dois caminhos: o reformista e o revolucionário. O caminho reformista, seguido pela parte conciliadora da burguesia, é o da acomodação, da associação ou da subordinação ao imperialismo e aos restos do feudalismo. E o caminho revolucionário, apoiado pelo proletariado, é o da destruição do colonialismo e do pré-capitalismo.

Em relação às tarefas da revolução antiimperialista, podem considerar-se revolucionárias todas as transformações burguesas (sejam simples reformas ou mudanças profundas) que simultaneamente, resultem na destruição dos laços com o imperialismo e expressem um tipo de desenvolvimento independente, baseado no capitalismo de Estado e no capital privado nacional.

Em relação às tarefas da revolução antifeudal, podem considerar-se revolucionárias as transformações burguesas, sejam reformas ou mudanças radicais, que, simultaneamente, resultem na destruição dos laços com o feudalismo, na destruição das relações pré-capitalistas e expressem um tipo de desenvolvimento democrático, baseado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa.

Não pretendo negar a possibilidade de uma sucessão de governos na marcha para o socialismo no Brasil, nem tampouco negar a possibilidade que existe de passar-se de um para outro tipo de governo de modo pacífico. Não divirjo das “Teses” quanto a esses dois aspectos. Considero válida e aplicável à presente situação brasileira a

afirmação de Lênin de que a burguesia “atua nos começos de todo movimento nacional, como força hegemônica (dirigente) do mesmo” (“Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”, tópico 4), assim como considero válidas e aplicáveis à presente situação brasileira as idéias sobre a possibilidade do caminho pacífico aprovadas no XX Congresso do PCUS (“Problemas”, 73, págs. 40 e seguintes).

O que nas “Teses” me parece contraditório é que, se de um lado tomam todo o processo da revolução antiimperialista e antifeudal como uma etapa, de outro lado indicam tarefas correspondentes a dois tipos de poder político qualitativamente diferentes, um ainda sob a hegemonia da burguesia e outro sob hegemonia do proletariado.

Ora, o que distingue uma etapa histórica ou estratégica, de outra etapa histórica ou estratégica, senão a mudança do tipo de poder, a substituição de classes ou camadas no poder? Poderíamos considerar o poder das forças nacional-democráticas como da mesma qualidade das forças antiimperialistas e antifeudais, apresentando apenas diferenças de grau?

Acredito que a análise desenvolvida nas “Teses” na permite concluir que entre os dois tipos de poder haja apenas diferenças de grau, mas sim diferenças de qualidade.

Estamos, pois, em face de uma dupla estratégia – uma que se refere a um tipo de poder em que a burguesia ainda pode manter a sua força hegemônica e outro tipo de poder em que a hegemonia passou ao proletariado – e isso não pode ocorrer dentro de uma mesma etapa.

### **3 – Inevitável o período intermediário**

Diga-se, de passagem, que o tipo de poder das forças antiimperialistas e antifeudais proposto como objetivo final nas “Teses”, não difere quanto ao seu conteúdo, do tipo de poder proposto como objetivo final no “Programa de 1954” (governo democrático-popular ou “ditadura das forças antifeudais e antiimperialistas”), a não ser pela precedência que é dada no último às forças antifeudais. Ambos pressupõem, no entanto, um traço essencial comum – a hegemonia do proletariado.

Essa semelhança quanto ao objetivo final da revolução antiimperialista e antifeudal não reduz em nada a importância do avanço dado pela “Declaração”, e depois pelas “Teses”, em relação ao “Programa de 1954” no que se refere ao reconhecimento da inevitabilidade de um período intermediário entre o “regime atual” e o regime a que

se deverá chegar após esse período intermediário, ou seja, o “poder das forças antiimperialistas e antifeudais”.

É precisamente esse período intermediário que ainda não está analisado com toda a indispensável minudência, a fim de que possamos divisar claramente a natureza, a profundidade e a extensão das mudanças que durante ele deverão verificar-se a partir do atual regime político até sua substituição por um novo regime.

Poderá, esse período intermediário, ser caracterizado como uma simples fase, no sentido de que nele não ocorrerão modificações qualitativas na composição do Estado? Ou deverá ser caracterizado como uma etapa, no sentido de que haverá uma recomposição do Estado, com a saída de uma e a entrada de outras classes e camadas sociais?

A resposta a essa pergunta exige que ampliemos e aprofundemos os nossos conhecimentos a respeito das seguintes questões: 1) quais as classes e camadas que participam atualmente do poder; 2) quais as classes ou camadas que na atual etapa ou num futuro imediato poderão ser desalojadas do poder; 3) quais as classes e camadas que, na atual etapa ou num futuro imediato, substituirão aquelas que serão desalojadas; 4) qual a classe que agora detém a hegemonia e qual a classe às mãos da qual passará, na atual etapa ou num futuro imediato, a hegemonia política.

Das quatro questões acima enunciadas, as “Teses” apenas apresentam resposta explícita para a primeira: “Atualmente o Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados a capitais monopolistas estrangeiros), particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.” (Tese 18).

E por causa de sua omissão das demais questões, o que as “Teses” deixam subentendido, através de algumas de suas conclusões e da sua linha de raciocínio, é que em todo o processo da revolução antiimperialista e antifeudal (se aceitarmos que constituído de uma só etapa) só haverá um desenlace, no momento em que o poder passará das mãos dos “latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento da economia nacional” diretamente para as mãos das “forças antiimperialistas e antifeudais”.

Se assim for, o período intermediário, a que aludimos, ficará reduzido a um simples interregno, durante o qual nenhuma classe ou camada cederá o lugar a nenhuma



camada ou classe, embora possa haver um governo ou uma sucessão de governos com nuances políticas pouco demarcadas.

Serão estas as verdadeiras perspectivas a que nos conduzirão o atual estado de coisas e a situação concreta de nosso país?

Penso que não.

A própria análise objetiva da sociedade brasileira contida nas “Teses” apresenta elementos para concluirmos que, antes daquele desenlace, isto é, antes da passagem do poder das mãos dos latifundiários e seus comparsas para as das forças antiimperialistas e antifeudais, as condições estarão maduras para outras modificações na composição do Estado brasileiro.

Por isso, acredito que o período intermediário, que inevitavelmente se intercala ou já se intercalou entre o regime atual e o regime que no fim do processo lhe sucederá, constitui uma etapa histórica ou uma etapa estratégica da revolução brasileira, representada pela mudança no poder de determinadas classes ou camadas. O processo da revolução antiimperialista e antifeudal, segundo posso compreender, desdobra-se, por conseguinte, em duas etapas: a etapa nacional e democrática e a etapa democrático-popular.

#### **4 – Objetivos e tarefas da 1ª etapa**

Na primeira etapa, a etapa atual, existirá a possibilidade real de serem desalojados do poder as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe de latifundiários feudais (embora ainda fiquem nele os latifundiários burgueses) toda a burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano (chame-se a esta burguesia compradora, capital comprador ou qualquer outro nome) levando de cambulhada os agentes entreguistas e testas-de-ferro do imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo existirá a possibilidade real de terem acesso ao poder do Estado a burguesia nacional como um todo, como classe, e vastos setores das classes médias, urbanas e rurais, inclusive a parte mais radical do campesinato e a intelectualidade mais radical. E com o seu acesso ao poder, a hegemonia política que a burguesia nacional ainda não detém, passará inteiramente às suas mãos.

Observem os leitores que nessa apreciação do objetivo estratégico da primeira etapa aparece uma idéia aparentemente nova – a de que os latifundiários no Brasil não constituem uma classe única, inteiriça e homogênea, mas que, ao contrário, estão

divididos em duas alas, classes ou camadas (a conceituação não importa para o caso) – os latifundiários feudais e os latifundiários burgueses.

Nas “Teses” tal distinção não é feita explicitamente. Entretanto, as pessoas que têm boa memória para as minúcias hão de lembrar-se que desde muito tempo o movimento comunista mundial trata os latifundiários como duas “classes”. Lênin, por ocasião da revolução russa de 1905 separava do conjunto dos latifundiários os “ultra-reacionários” e em abril de 1917 admitia a existência entre eles de uma profunda diferença, como se verá pelo trecho seguinte:

“O velho poder czarista que só representava um punhado de latifundiários feudais (...) foi destruído, varrido, mas não aniquilado. (...) O poder do Estado passou na Rússia às mãos de uma nova classe: a classe da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Por conseguinte, a revolução democrático-burguesa, na Rússia, está terminada”

*(“As tarefas do proletariado em nossa revolução”, abril de 1917).*

Ponhamos de lado a questão formal de saber se as alas são classes ou camadas e nos fixemos no aspecto mais importante e que é o de saber se se justifica, na primeira etapa da revolução brasileira, o deslocamento, em primeiro lugar, dos latifundiários “ultra-reacionários” ou feudais.

Creio que isto se justifica, tanto pelas exigências de nossa prática política, baseada na experiência do movimento comunista mundial, quanto por motivos de método ou de princípio. Se o primeiro golpe da revolução brasileira é dirigido contra um setor isolado do campo do inimigo – o imperialismo norte-americano – não há razão para que a revolução democrática deixe de dirigir o primeiro golpe contra um setor isolado do campo do inimigo – os latifundiários ultra-reacionários ou feudais.

Adotar um método para a esfera da luta antiimperialista e outro método para a esfera da luta antifeudal da revolução brasileira só pode ser uma incoerência. Além disso, não podemos pretender que a revolução antifeudal situe no mesmo plano e ponha no mesmo pé de igualdade, para delinear sua direção estratégica, as forças decadentes do latifundismo feudal e as forças ainda ascendentes do latifundismo burguês.

Com a primeira etapa – a etapa nacional-democrática – “terminará” a revolução burguesa no Brasil, pois, como dizem os clássicos, é com a conquista do poder pela burguesia que “termina” a revolução burguesa.

Será preciso repetir toda a rica argumentação, utilizada durante anos e anos pelos teóricos marxistas mais eminentes, para demonstrar que o proletariado tem o máximo interesse em levar a revolução burguesa ao seu “último limite”, a fim de poder, mais facilmente, em seguida, passar a uma etapa mais avançada no caminho do socialismo?

Eu me dispensarei de fazê-lo neste pouco espaço que me sobra, e pedirei àqueles que ainda alimentem dúvidas a respeito que as dissipem com a leitura dos textos de Lênin.

O fato de que, na primeira etapa, realizada ainda dentro dos quadros do capitalismo, a burguesia ascenderá ao poder, e de que será nele a força hegemônica, não significa que o possa fazer sozinha, sem o apoio de um forte movimento nacional e democrático de massas, sem o apoio da frente única das forças nacionais e democráticas de que participam as correntes populares mais ativas, e dentro da qual o proletariado, através dos comunistas, lutará para elevar cada vez mais sua influência, num crescente esforço para conquistar para si a hegemonia do movimento.

O fato de que a primeira etapa, a etapa atual da revolução antiimperialista e antifeudal, tenha no Brasil o caráter de uma revolução nacional e democrática (e não apenas o de uma revolução nacional) explica-se como uma decorrência da presente correlação de forças interna e externa, como conseqüência dos enormes progressos alcançados pelo campo socialistas e pela frente mundial contra o capital monopolista.

Por essa razão, e também porque a burguesia brasileira já não terá forças para conquistar sozinha o poder e para realizar sozinha as tarefas da revolução nacional, se não contar com o apoio de um forte movimento democrático, é que a delimitação das etapas, nas condições brasileiras atuais, não se pode estabelecer em moldes semelhantes aos de há 20 ou 30 anos, quando se considerava que a revolução nas colônias e países dependentes se realizaria em duas etapas: a primeira – a etapa nacional – e a segunda – a etapa agrária.

Assim, não tem mais validade para a nossa época a caracterização feita por Stalin (“Sobre o problema da China”, 1928) das duas etapas – nacional, a primeira, e agrária, a segunda – da revolução chinesa e da revolução turca.

Uma das condições imprescindíveis para o êxito do movimento (burguês) de emancipação nacional do Brasil é que a ele se unam as forças populares sob a influência do proletariado e que, ao lado das tarefas do movimento antiimperialista sejam também colocadas na ordem do dia as tarefas (iniciais) do movimento antifeudal.

Mesmo naqueles países onde o movimento camponês se encontra atrasado, como é o caso do nosso país, o movimento de emancipação nacional, em sua primeira etapa, já se entrelaça com o movimento antifeudal e democrático, isto é, com a “etapa agrária”, incluindo necessariamente, reivindicações de caráter democráticos já maduras.

Sob este aspecto, a etapa nacional-democrática é uma etapa mais avançada do que a etapa nacional a que se refere Stalin; em outras palavras, a etapa nacional-democrática propõe-se a realização de tarefas historicamente mais progressistas do que aquelas pertencentes à revolução nacional “pura” (veja-se para o desenvolvimento deste raciocínio as idéias sobre o novo conteúdo democrático do atual movimento comunista mundial antiimperialistas expostas no manual “Fundamentos do marxismo-leninismo” e resumidas em “Problemas da paz e do socialismo”, número 10, de 1959, assim como o artigo de Kuusinen publicado no número 4, de 1960, da mesma revista).

As tarefas principais da primeira etapa consistirão em (a) impulsionar a revolução nacional até deter a penetração e retomar certas posições do imperialismo, e particularmente do imperialismo norte-americano; e (b) em impulsionar a revolução agrária, com a realização de reformas iniciais que possibilitem a imediata melhoria da situação dos assalariados agrícolas, a extinção de muitas das formas medievais de trabalho, a elevação do nível de vida dos camponeses e, em suma, resultem na formação e intensificação de um poderoso movimento camponês, na acumulação de forças capazes de impor tão breve quanto possível, as transformações radicais da estrutura agrária.

## **5 – Objetivos e tarefas da 2ª etapa.**

Naturalmente se transferirão à segunda etapa, à etapa democrático-popular (etapa de transição para o socialismo ou que outro título lhe seja dado), muitas das tarefas antiimperialistas e antifeudais não cumpridas durante a primeira etapa. E não se exclui a hipótese de que, uma vez criadas as condições para a radicalização de certos movimentos, sejam cumpridas ainda na primeira etapa uma ou várias tarefas previstas para a segunda etapa. Com isto se torna claro que as etapas não devem ser consideradas compartimentos estanques, separadas uma da outra por uma muralha intransponível. Também se torna evidente que às etapas não se deve associar a idéias de tempo, pois uma etapa poderá se realizar num prazo maior ou menor, de certo imprevisível, segundo o decidam a realidade concreta, as causas objetivas e as forças políticas em ação.

Se, na primeira etapa o objetivo fundamental (estratégico) é o deslocamento do poder da classe dos latifundiários feudais, da burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano, dos testas-de-ferro e demais entreguistas – na segunda etapa, o objetivo fundamental (estratégico) será o deslocamento do poder da classe dos latifundiários burgueses, dos grande capitalistas vinculados ao imperialismo norte-americano e de todas as camadas e setores mais reacionários.

Se a primeira etapa pode realizar-se com a burguesia nacional à frente do movimento e do governo, a segunda etapa só poderá realizar-se depois que o proletariado tenha conquistado, no curso das lutas pelas reivindicações nacionais e democráticas, a hegemonia do movimento e possa ascender ao governo ao lado de seus aliados, temporários e permanentes, notadamente em estrita aliança com os camponeses.

Se na primeira etapa, a tarefa principal do movimento de emancipação nacional não irá além de deter a penetração e retomar posições do imperialismo, particularmente do imperialismo norte-americano, na segunda etapa a tarefa principal daquele movimento será a completa emancipação econômica e política do país e a extinção do domínio dos monopólios estrangeiros.

Se, na primeira etapa, a tarefa principal do movimento democrático não passara da realização de uma reforma agrária inicial (ainda não camponesa) que varra os vestígios mais caducos do escravismo e do feudalismo, na segunda etapa, a tarefa principal será a instituição de uma reforma agrária radical camponesa, que transforme por completo a estrutura agrária.

Assim como no curso da primeira etapa, poderá haver fases táticas diversas, com modificações de grau na composição dos governos de caráter nacional e democrático que nos aproximam do “último limite” da revolução burguesa, assim também, no curso da segunda etapa, poderá haver fases táticas diversas e sucessivas com modificações diversas na composição do governo, à medida que vá crescendo o peso específico dos operários e seus aliados naturais e permanentes no seio das forças antiimperialistas e antifeudais.

As modificações na composição dos governos da primeira etapa nos aproximam da passagem para a etapa seguinte e as modificações na composição dos governos da segunda etapa nos conduzirão ao nosso ulterior objetivo histórico – a vitória do socialismo.